

CORREIO ECONÔMICO

Reprodução site cashme



Crédito imobiliário atinge segundo maior valor da história

Financiamentos de imóveis atingem 22,3% em 2024

Segundo maior da história, o volume de financiamentos imobiliários, com recursos da poupança totalizou R\$ 186,7 bilhões em 2024, montante 22,3% superior ao registrado no ano anterior, segundo divulgou, na última quarta-feira (29), a Abecip (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança). Em contraste, a entidade espera a expectativa de que

o indicador apresente recuo entre 15% e 20% este ano, ao nível de R\$ 155 bilhões, em razão do 'esfriamento da demanda', sob o peso do aperto monetário adotado pelo Banco Central (BC). "O mercado imobiliário esteve bastante saudável em 2024, com crescimento de lançamento e vendas", afirmou o presidente da Abecip, Sandro Gamba, em entrevista coletiva.

Expansão

Para a performance altamente positiva do setor no ano passado, a Abecip aponta o crescimento da economia brasileira, acima do previsto, com a expansão do emprego e da renda da população, o que aqueceu a demanda pela casa própria e a busca por financiamentos.

Perda de tração

A 'tração' exibida em 2024, porém, começou a ser perdida nos últimos meses do ano, à medida que a Selic disparava, o que se refletia nos contratos futuros de juros. Como efeito, os bancos começaram a repassar a elevação da taxa básica para os juros do crédito imobiliário.

Reprodução site confere.org



Ocorrência de chuvas e reservatórios no nível são fatores

Aneel mantém bandeira tarifária verde para fevereiro

O volume expressivo de chuvas e os níveis positivos dos reservatórios que movimentam as hidrelétricas estão entre os fatores que levaram a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) a anunciar, nessa sexta-feira (31), a manutenção da bandeira tarifária verde para este mês de fevereiro, o que implica a não cobrança de

custo adicional. Trata-se do terceiro mês seguido com o indicador tarifário. Antes disso, contudo, a autarquia, frente à seca histórica no segundo semestre de 2024, havia decidido 'hastear a bandeira tarifária vermelha patamar 1, em setembro último, medida que não ocorria, há mais de três anos.

Indicativo

Devido às previsões climáticas atuais, o diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, admitiu que há um indicativo de que a bandeira tarifária verde deverá ser mantida em 2025. Mas entende que uma previsão 'mais assertiva' só será possível ao final do período úmido.

Custo

A cada mês, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) considera o custo variável da produção de energia, pela disponibilidade de recursos hídricos ou uso de fontes de geração mais caras. A arrecadação via bandeira tarifária paga os custos adicionais.

Desafiante

Sinalização de um ano 'desafiante', já no primeiro mês de 2025, os títulos do Tesouro Direto ficaram no 'negativo', após 'disparadas históricas' em 2024, mas o campeão de vendas continua a ser o Tesouro IPCA+ com vencimento entre 2029 e 2035, que paga 7,91%.

Temores

Em que pese os temores fiscais e monetários do país, os títulos prefixados oferecem boas oportunidades, como o papel de curto prazo, que superou a barreira dos 15%, embora prevaleça a cautela quanto ao volume, em razão da perspectiva de a Selic atingir 15% ao ano.

Inflação de alimentos 'anula' avanço da renda

Resgate do poder de compra ainda vai demorar, aponta estudo da LCA

Tânia Rêgo - Agência Brasil

Por Marcello Sigwalt

Propalada aos quatro cantos pelo Planalto, muito antes da eleição municipal plebiscitária de outubro passado, o avanço da renda no país é 'ofuscado' pela disparada da inflação dos alimentos, o que compromete, de fato, a recuperação do poder de compra do consumidor tupiniquim.

É o que atesta levantamento realizado pelo economista da consultoria LCA, Bruno Imaizumi, por meio do cruzamento do custo da cesta básica com a evolução do salário mínimo e do rendimento médio do trabalho.

Desde seu início, a inflação tem sido uma 'dor de cabeça' para o quarto mandato petista, que sofre com os danos inevitáveis de popularidade, captados com frequência pelos indicadores, desde então. O mais grave, porém, para o lado de cá do balcão, do contribuinte pagador de impostos, é saber que, segundo apontam analistas, há 'pouco espaço' para a tomada de ações 'mais eficazes', tendo



Poder de compra do consumidor brasileiro perde 'feio' para a carestia dos alimentos

em vista um conjunto de fatores, como problemas climáticos e dólar em constante propensão de alta, face às recorrentes incertezas fiscais.

O descompasso entre inflação e renda pode ser atestado pelo fato de que, enquanto o salário mínimo podia comprar 2,07 cestas básicas em São Paulo, no período de 2010 a 2019

(antes, portanto da pandemia), tal poder aquisitivo caiu para 1,51, em abril de 2022, ainda na gestão federal anterior, sob a pressão de preços das commodities, em decorrência da guerra da Ucrânia.

Depois de mostrar recuperação 'módica', para 1,8 da cesta básica, nos anos 2023 e 2024, dados mais recentes apontam

que tal proporção teria 'encolhido' para 1,7. Além de não recuperar o poder de compra anterior à pandemia, a perspectiva é de estagnação dessa proporção, em 1,7, tanto em dezembro deste ano, quanto em igual mês de 2026, este último, bússola para a tomada de ações de cunho eleitoral pelo Executivo.

Dívida bruta atinge R\$ 76,1% do PIB

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) passou de 77,7% em novembro para 76,1% em dezembro, segundo informou o Banco Central nesta sexta, 31. Em dezembro de 2023, a relação dívida/PIB estava em 73,8%. Em reais, a dívida bruta do governo recuou de R\$ 9,09 trilhões para R\$ 8,98 trilhões na passagem de novembro para dezembro - no final de 2023, era de R\$ 8,07 trilhões.

De acordo com o chefe adjunto do departamento de estatísticas do BC, Renato Baldini, a redução significativa da dívida bruta do governo geral em dezembro de 2024 reflete a redução de operações compromissadas do Banco Central.

"Essa redução (em relação a novembro) é explicada sobretudo pela redução no volume das operações compromissadas do Banco Central, e que resultou na redução das reser-

vas internacionais após as intervenções do Banco Central no mercado de câmbio em dezembro", disse, explicando que para garantir liquidez nas intervenções o BC reduziu o volume de operações com compromisso de recompra de moeda.

O pico da dívida bruta foi alcançado em dezembro de 2020 (87,6% do PIB), devido às medidas fiscais adotadas pela covid-19. No melhor momen-

to, em dezembro de 2013, chegou a 51,5% do PIB.

O BC estima que cada 1% de desvalorização do dólar ante o real implica em uma alta de 0,1 ponto percentual na DBGG como proporção do PIB, o equivalente a R\$ 11,80 bilhões. E cada 1 ponto de alta da taxa Selic, mantido por 12 meses, tem reflexo de 0,41 ponto percentual na dívida bruta, cerca de R\$ 48,60 bilhões em valores correntes.

CNI: confiança industrial 'despenca'

Agência de notícias da indústria

O número de setores industriais sem confiança atingiu o maior patamar em mais de quatro anos e meio, revela o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) Setorial, divulgado na última quarta-feira (29) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

No primeiro mês do ano, o ICEI caiu em 24 dos 29 segmentos industriais. O movimento foi suficiente para que a quantidade de setores pessimistas passasse de 17, em dezembro, para 23, em janeiro. É o maior número de segmentos sem confiança desde junho de 2020.

Para Marcelo Azevedo, gerente de Análise Econômica da CNI, o pessimismo generalizado entre os setores industriais preocupa.

"Quando a falta de confiança é disseminada, a indústria fica mais cautelosa como um todo. Na indústria, existe mui-



Confiança industrial caiu mais no Norte e no Centro-Oeste

to encadeamento entre os setores. Por isso, a falta de confiança em um setor afeta a confiança e, assim, as decisões de outro. Numa situação de falta de confiança ampla, não existem setores que se destacam e que, eventualmente, poderiam sustentar não só a própria atividade, mas

de outros setores de sua cadeia produtiva", avalia.

Segundo a pesquisa, o ICEI aumentou em cinco setores. No entanto, apenas o de produtos diversos migrou de falta de confiança, em dezembro, para confiança, em janeiro.

O levantamento mostra

que a confiança caiu entre os empresários de todas as regiões do país. O maior recuo se deu no Norte (-3,3 pontos). Em seguida, vêm Centro-Oeste (-2,9 pontos), Sul (-2,1 pontos), Sudeste (-1,7 ponto) e Nordeste (-0,5 ponto).

Com a queda, as indústrias do Norte e Centro-Oeste migraram de confiança para falta de confiança, a exemplo daquelas do Sudeste e Sul, que já estavam nessa situação. Só os industriais do Nordeste seguem otimistas.

Confirmando a queda generalizada do ICEI, nas indústrias de pequeno porte, este caiu 2,8 pontos; nas de médio, 1,6 ponto; e nas de grande, 1,4 ponto. Assim, as grandes indústrias saíram de um estado de confiança para neutralidade, onde não há confiança, nem falta de confiança. As pequenas e médias empresas permanecem com falta de confiança.

Exportação sofre de 'reprimarização'

O presidente da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso, afirmou na última quarta-feira, 29, que o País está caminhando para a reprimarização da pauta de exportação. Velloso reconhece a robustez da balança comercial brasileira de 2024, que encerrou o ano com superávit de US\$ 74,6 bilhões, o segundo maior valor da série histórica, mas chama atenção para o comportamento

das exportações da indústria de transformação.

"Há 10 anos, 64% das exportações eram da indústria de transformação. Hoje, é 52%", afirma. "Percebemos que há muita exportação de itens com baixíssima transformação, como açúcar, óleos combustíveis e carne bovina. Estamos caminhando para uma reprimarização", alertou.

Velloso também chamou atenção para o crescimento de

25,6% das importações de bens de capital em 2024, um resultado positivo. "Na teoria, isso se traduziria em aumento de produtividade no País. No entanto, o investimento no Brasil não cresceu e o consumo aparente de máquinas caiu."

O presidente da Associação ainda afirmou que o País não está investindo na indústria como deveria. "O investimento em máquinas é 35% menor do que o que tínhamos há 10

anos", recordou.

O presidente da Abimaq disse que a guerra comercial entre Estados Unidos e China já está trazendo consequências para o Brasil. Ele lembrou que o governo americano anterior, sob o comando de Joe Biden, já trabalhava com medidas tarifárias, e a perspectiva é de continuidade do protecionismo na liderança de Donald Trump, principalmente sobre os produtos chineses.